

Raimundo Jucier Sousa de Assis

Professor do Curso de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI) e em Ciência Política (PPGCP/UFPI) e coordenador do Laboratório de Geopolítica da Universidade Federal do Piauí (CCHL/UFPI).

O crescente entusiasmo atual pela geopolítica, diante da reconfiguração do poder mundial e suas consequências nas regiões, nos Estados nacionais e nos territórios, reabre, continuamente, a necessidade de compreendermos como intelectuais e grupos universitários tem se voltado para analisar a dinâmica do tabuleiro global em transição e suas conexões orgânicas com os novos conflitos internacionais, as ameaças as soberanias nacionais, os redesenhos diplomáticos com investimentos estrangeiros, as guerras, os golpes de Estados, os genocídios, as renovações dos métodos de espoliações de recursos naturais, as resistências de Estados e de povos subalternizados.

É nesse sentido que a *Revista Conexão Política*, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, dedica a publicação de mais um dossiê intitulado *Geopolítica, território e poder II*, alargando o espaço de divulgação de estudos que aprofundem a reflexão, a crítica e a produção de conhecimento sobre teorias, categorias, metodologias e eventos geopolíticos que tanto tem centralidade direta no Estado, bem como, em outros agentes internacionais que interferem e ordenam diretamente o globo a partir das ações e relações em diversas escalas entre o poder mundial, continental, regional, nacional e, que impactam até mesmo, comunidades tradicionais-territoriais.

Assim, o artigo de abertura “A geoestratégia estadunidense em tempos de crise de hegemonia: da contenção geopolítica ao desacoplamento geoeconômico”, da autoria de João Paulo Rabello de Castro Centelhas, busca identificar e demonstrar as novas práticas estratégicas dos EUA diante de suas adversidades geoeconômicas, militares e tecnológicas contemporâneas. Neste bojo, a guerra russo-ucraniana ganha destaque como objeto paradigmático dessa “nova” política geoestratégica estadunidense no sistema mundial, pois a partir dela duas dinâmicas tornam-se manifestas: o desacoplamento geoeconômico seletivo e progressivo entre o Ocidente e o bloco russo-chinês-iraniano; e a intensificação da contenção geopolítica-militar posicionada em diferentes *fronts* do *rimland* euroasiático.

A seguir, o texto “Dialógos sobre a Nova Rota da Seda chinesa: proposições para o terminal de uso privado porto São Luís, Maranhão”, das autoras Patrícia Barbosa Pereira e Giovana Mira de Espíndola, analisa a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI – Belt and Road Initiative), também conhecida como Nova Rota da Seda, suas implicações ambientais e os possíveis interesses de inserção no estado do Maranhão, em especial no Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís. Parte da hipótese de que o TUP (em construção), financiado por capital chinês, representa um dos pontos estratégicos considerados na expansão da BRI no Brasil e, em especial, ressalta-se, contudo, a necessidade de um debate crítico sobre os possíveis impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes dessa integração.

O artigo “Fortalecimento das relações sino-russas: uma análise das intenções no comunicado conjunto de fevereiro de 2022”, assinado pelos autores Leonardo dos Santos Fernandes, Johny Santana de Araujo e Raimundo Batista dos Santos Junior, examina o comunicado conjunto de fevereiro de 2022 entre China e Rússia, com o objetivo de compreender as preocupações específicas desses dois Estados na sua comunicação ao público global. Uma análise, fundamentada no realismo das relações internacionais e auxiliada por ferramentas como Voyant Tools e ATLAS.ti, revela que ambos os países, impulsionados pelo cenário internacional, especialmente pela guerra na Ucrânia e diante de um suposto declínio dos EUA, têm fortalecido um apoio mútuo em questões de soberania, segurança e integridade territorial, além de outros interesses essenciais.

Na sequência, o escrito “Levando os DESCAs a sério: justiciabilidade de direitos ambientais na corte interamericana de direitos humanos”, de Carolina Pereira Madureira analisa de forma minuciosa a evolução da justiciabilidade de direitos ambientais no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), com ênfase nos casos contenciosos submetidos ao seu órgão judicial, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Examina, ainda, a interpretação progressiva da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) em correlação com a densificação de parâmetros protetivos *pro persona* e *pro natura*, buscando descrever o estado da arte teórico e jurisprudencial da proteção ambiental na Corte Interamericana. A hipótese sustentada é a de que a indivisibilidade entre direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) permite

uma exegese holística dos direitos humanos e uma leitura progressiva da Convenção Americana.

Em seguida, em “Geopolítica e universalização da produção destrutiva”, Sócrates Menezes demonstra como a geopolítica, enquanto expressão das relações de poder entre os Estados e de seus interesses extranacionais, tornou-se um dos principais mecanismos de universalização da produção destrutiva. Argumenta-se que, na dinâmica da crise estrutural — marcada pela ativação dos limites absolutos da acumulação —, o sistema produtivo deixa de operar como mediador da reprodução ampliada do capital e se converte em força destrutiva imanente. Nesse cenário, a geopolítica deixa de ser mera manifestação de poder para se tornar instrumento autofágico.

Em termos de desdobramentos destrutivos e espoliativos do mundo do trabalho, o artigo “Trabalho na sociedade capitalista: reflexões sobre o impacto da geopolítica do neoliberalismo no setor das telecomunicações no Brasil”, de Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, analisa as transformações provocadas pela geopolítica do neoliberalismo e o processo de aprofundamento da precarização do trabalho de forma estrutural, evidenciando sua expressão e reprodução nas leis trabalhistas, no enfraquecimento sindical, na redução de gastos sociais, na difusão de políticas públicas pautadas na responsabilização individual, na concessão de privilégios aos empresários e na flexibilização normativa em favor do mercado.

Buscando restaurar o debate sobre a longa duração, o artigo “Geopolítica e acumulação primitiva: Estados, economias nacionais-coloniais e mercado mundial”, de Raimundo Jucier Sousa de Assis, analisa a relação entre a crítica da acumulação primitiva de capitais e sua dimensão geopolítica, destacando os processos históricos de violência sistemática, expropriação e destruição dos modos de produção pré-capitalistas promovidos por Estados e agentes privados. O objetivo central consiste em examinar como a acumulação primitiva, longe de constituir um momento localizado ou excepcional, articulou-se continuamente à formação/expansão do mercado mundial e à consolidação de hierarquias geopolíticas entre Estados-economias centrais e periferias modernas-coloniais.

Em texto intitulado “Norma e uso do território: reflexões sobre a política de segurança pública a partir da periferia”, Larissa de Sousa Mendes discute a política de segurança pública a partir da dinâmica territorial da periferia,

propondo uma leitura crítica que desloca o enfoque tradicional, centrado na repressão policial, para uma compreensão geográfica do território como espaço vivido, usado e normado. Fundamentado nas categorias de território usado e território normado, oriundas da teoria do espaço geográfico de Milton Santos, e em diálogo com a Epistemologia do Sul, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de marcos normativos da segurança pública.

No escrito “Conflitos territoriais em áreas de fronteira agrícola no Sul do Piauí: análise do território Melancias, Gilbués”, Sônia Maria Ribeiro de Souza analisa os conflitos territoriais associados à expansão da fronteira agrícola no sul do Piauí, com foco no Território Melancias, localizado na região do Cerrado piauiense. O tema insere-se no debate sobre a territorialização do agronegócio, a financeirização da terra e os processos de grilagem e expropriação de comunidades camponesas e tradicionais. O objetivo é compreender como a expansão do agronegócio, especialmente da soja, reconfigura o espaço agrário regional, produzindo conflitos fundiários, socioambientais e jurídicos, articulados às especificidades históricas da formação agrária piauiense.

Em suma, o dossiê *Geopolítica, território e poder II* alarga os horizontes interpretativos da geopolítica e das formas de apropriação dos territórios em tempos de crise do capitalismo financeiro ocidental, da restauração euroasiática e do agravamento ecológico-social no Sul Global, permitindo ao leitor-escritor acompanhar, por escrito, alguns fragmentos analíticos dessa realidade contemporânea.